

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD

SÂMIA MIRANDA OLIVEIRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO PÚBLICO**

PORTO VELHO
2025

SÂMIA MIRANDA OLIVEIRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, com requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD, sob a orientação da professora Dra. Patrícia Passos Simões.

PORTO VELHO
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Oliveira, Sâmia Miranda.

Desafios e perspectivas da Educação Inclusiva nas instituições de ensino público. / Sâmia Miranda Oliveira. - Porto Velho, 2025.
11 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Patrícia Passos Simões.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Inclusão. 2. Diversidade. 3. Educação pública. 4. Acessibilidade. 5. Políticas educacionais. I. Simões, Patrícia Passos (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Celia Reis Sales, CRB-CRB11/955

SÂMIA MIRANDA OLIVEIRA


**DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD, sob a orientação da professora Dra Patrícia Passos Simões.

Aprovado em: 01/12/2025 pela banca examinadora.

Prof Mestre Uelinton Aires Duarte - Membro da Banca

Profa Dra Angelina Maria de Oliveira Licorio - Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA PASSOS SIMOES
Data: 09/12/2025 15:59:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Dra Patrícia Passos Simões - Orientadora

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO

RESUMO: A educação inclusiva constitui um direito assegurado pela legislação brasileira e integra o compromisso social das instituições públicas de ensino. Apesar dos avanços normativos e das iniciativas governamentais, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta entraves significativos, especialmente relacionados às condições estruturais, pedagógicas e culturais das unidades escolares. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios e as perspectivas da educação inclusiva nas escolas públicas, observando seus fundamentos legais, as práticas pedagógicas adotadas e os aspectos que dificultam sua implementação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, baseada em análise documental de legislações, relatórios institucionais e produções científicas. Os resultados apontaram que a formação insuficiente dos profissionais, a ausência de recursos acessíveis, as barreiras físicas e comunicacionais e a resistência cultural ainda predominante no ambiente escolar configuram obstáculos à inclusão. Contudo, iniciativas de formação continuada, o uso de tecnologias assistivas, o trabalho colaborativo e experiências exitosas já consolidadas demonstram que a construção de práticas mais inclusivas é possível e apresenta avanços consistentes. Conclui-se que a promoção da educação inclusiva requer investimentos permanentes, fortalecimento das políticas públicas e engajamento da comunidade escolar na construção de uma cultura de respeito à diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Diversidade; Educação Pública; Acessibilidade; Políticas Educacionais.

ABSTRACT: Inclusive education is a right guaranteed by Brazilian legislation and part of the social commitment of public educational institutions. Despite legal advances and government initiatives, the effective implementation of inclusive education still faces major obstacles, especially related to structural, pedagogical, and cultural conditions within schools. This study aimed to analyze the challenges and prospects of inclusive education in public schools, considering its legal foundations, pedagogical practices, and the factors that hinder its implementation. This is a qualitative and exploratory research based on documentary analysis of legislation, institutional reports, and scientific studies. The results indicate that insufficient professional training, lack of accessible resources, physical and communicational barriers, and cultural resistance within school communities represent significant constraints to inclusion. However, continuing education programs, the use of assistive technologies, collaborative practices, and successful experiences demonstrate that building more inclusive educational environments is feasible and has shown consistent progress. It is concluded that achieving inclusive education requires continuous investment, strengthened public policies, and community engagement in promoting a culture of respect for diversity.

KEYWORDS: Inclusion; Diversity; Public Education; Accessibility; Educational Policies.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, reconhecida como um direito humano fundamental, encontra respaldo na legislação brasileira e constitui um compromisso ético e social das instituições públicas de ensino. Apesar de avanços significativos nos últimos anos, diversas barreiras estruturais, pedagógicas e culturais ainda comprometem a efetiva inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas no ambiente escolar (Unesco, 2020).

As instituições públicas de ensino enfrentam dificuldades relacionadas à formação docente, à escassez de recursos pedagógicos e tecnológicos, à adaptação curricular e à ausência de infraestrutura acessível. Essas condições acabam limitando a atuação dos profissionais e a construção de ambientes escolares que valorizem a diversidade e promovam a aprendizagem de todos (Mantoan, 2015).

Considerando esse contexto, torna-se fundamental compreender os obstáculos e as possibilidades de avanço da educação inclusiva, especialmente no âmbito das políticas públicas e da prática pedagógica. Assim, o presente estudo tem como objetivo discutir os desafios e as perspectivas da educação inclusiva nas escolas públicas, com base em análises teóricas, documentais e científicas que apontam caminhos para uma educação mais equitativa (Brasil, 2008).

2 METODOLOGIA

Para o presente estudo, foi empregada a pesquisa qualitativa, com o objetivo de compreender aspectos específicos que permitissem discutir os desafios e perspectivas da educação inclusiva nas instituições públicas de ensino, para isso, adotou-se o método de pesquisa exploratória, uma vez que este permitiu adquirir uma nova compreensão do cenário atual.

O estudo qualitativo foi realizado a partir da análise documental envolvendo legislações, relatórios e estudos acadêmicos, buscando compreender os fatores que impactam a implementação da educação inclusiva.

Para isso, a pesquisa abrangeu produções existentes na literatura acadêmica disponíveis em bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e

Google Scholar (Google Acadêmico), utilizando palavras-chave como: inclusão; diversidade; educação pública; acessibilidade; políticas educacionais na língua portuguesa e em seus descritores em inglês. O período de busca contemplou os anos de 2015 a 2025.

Por se tratar de um estudo baseado exclusivamente em fontes documentais, não envolvendo coleta de dados primários com seres humanos, a pesquisa dispensou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução N° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Conceitos e princípios da educação inclusiva

A educação inclusiva fundamenta-se na ideia de que todos os estudantes têm direito a aprender juntos, independentemente de suas características individuais ou necessidades específicas. Esse modelo rompe com práticas tradicionais de segregação e reforça a necessidade de reorganização das escolas para atender à diversidade humana de forma equitativa (Sassaki, 2006).

A inclusão escolar exige a flexibilização das práticas pedagógicas, o reconhecimento dos diferentes modos de aprender e a valorização das potencialidades dos estudantes. Diferentemente da integração, que demanda que o estudante se adapte ao modelo tradicional de ensino, a inclusão pressupõe que a escola se transforme para acolher e apoiar cada sujeito em seu percurso formativo (Mantoan, 2003).

A equidade, nesse cenário, representa o compromisso de oferecer condições diferenciadas para garantir oportunidades reais de participação e aprendizagem, superando a lógica de tratar todos de forma homogênea (Unesco, 2017).

3.2 Marcos legais e políticas públicas

A educação inclusiva no Brasil é sustentada por um conjunto robusto de legislações e políticas públicas que reafirmam o compromisso do país com o direito

à educação de qualidade para todos. Essas normativas definem a inclusão como um princípio estruturante da educação básica, reforçando que o acesso, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes devem ser assegurados sem discriminação (Brasil, 2015).

Os dispositivos legais apontam que o atendimento inclusivo não pode ser entendido como um serviço isolado, mas como uma diretriz que permeia toda a organização escolar, desde a gestão até o trabalho pedagógico em sala de aula. Eles determinam a importância de recursos acessíveis, adaptações razoáveis, apoio especializado e práticas pedagógicas diversificadas para que cada estudante tenha condições de participar plenamente das atividades escolares (Brasil, 2008).

Outro ponto fundamental é que as políticas públicas reconhecem a importância do currículo flexível e da oferta de condições que garantam autonomia e participação social. Ao estabelecer bases comuns para as aprendizagens essenciais, os documentos oficiais reforçam que essas orientações devem se articular com práticas inclusivas, respeitando particularidades sem comprometer a qualidade da formação (Brasil, 2017).

Assim, a legislação brasileira não apenas legitima a educação inclusiva, mas também orienta caminhos para sua aplicação, indicando responsabilidades do Estado, da escola e dos profissionais da educação (Brasil, 1996).

3.3 Desafios da prática inclusiva

Apesar dos avanços legais, o cotidiano escolar ainda revela uma série de desafios que dificultam a efetivação da inclusão. O primeiro deles está relacionado à formação docente. Muitos profissionais ingressam na sala de aula sem terem sido preparados para lidar com a diversidade humana, o que gera insegurança, dúvidas e receio de não conseguir atender estudantes que demandam estratégias diferenciadas. Sem apoio e sem oportunidade de formação continuada, o professor acaba reproduzindo práticas tradicionais que não contemplam todos os alunos (Glat Pletsch, 2011).

Além da formação, a falta de recursos pedagógicos e infraestrutura adequada é recorrente. Muitas escolas não dispõem de materiais acessíveis, tecnologias assistivas ou espaços adaptados. Barreiras físicas, como escadas sem rampas ou

corredores estreitos, impedem a circulação de alguns estudantes. Barreiras comunicacionais, como a ausência de materiais em formatos acessíveis, intérpretes de Libras ou sistemas de comunicação alternativa, também comprometem o processo de inclusão (Carvalho, 2019).

Aspectos culturais também influenciam a inclusão escolar. A persistência de preconceitos, a resistência à mudança e a falta de compreensão sobre o papel coletivo da escola dificultam o desenvolvimento de práticas colaborativas e a construção de um ambiente acolhedor (Sasaki, 2010).

Por fim, outro desafio decisivo está na gestão escolar. A inclusão exige organização, planejamento, acompanhamento e diálogo constante. Sem uma liderança comprometida e sem apoio multidisciplinar, a prática inclusiva tende a ficar fragmentada e dependente da boa vontade individual, e não de políticas internas consistentes (Mantoan, 2015).

3.4 Perspectivas e avanços

Embora existam desafios significativos, também há avanços que mostram que a inclusão é possível quando há compromisso coletivo. Um deles é o fortalecimento de políticas de formação continuada, que têm possibilitado aos docentes aprender novas metodologias, desenvolver outro olhar sobre a diversidade e reconhecer o potencial transformador de práticas flexíveis (Pletsch, 2014).

O uso de tecnologias assistivas também tem contribuído para ampliar a autonomia dos estudantes e facilitar o acesso ao currículo. Recursos como softwares educativos, leitores de tela, materiais ampliados e dispositivos de comunicação alternativa tornam o processo de aprendizagem mais acessível e personalizado (Bersch, 2017).

Outro avanço importante é que muitas escolas públicas têm desenvolvido experiências exitosas que demonstram, na prática, que a inclusão funciona. Essas experiências se apoiam no trabalho colaborativo, no planejamento conjunto, na escuta das famílias e no envolvimento da comunidade. Quando todos compreendem seu papel, o ambiente escolar se torna mais acolhedor e as barreiras começam a diminuir (Glat; Fernandes, 2005).

Assim, as perspectivas para a educação inclusiva mostram que, embora o caminho seja desafiador, ele é possível e promissor. O avanço depende da continuidade das políticas públicas, do investimento adequado e, principalmente, da mudança de mentalidade que reconhece a diversidade como parte constitutiva da educação (Unesco, 2020).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental evidenciou que a formação docente é um dos pilares fundamentais para o sucesso da educação inclusiva. Documentos oficiais e estudos recentes apontam que professores sem preparo adequado tendem a demonstrar insegurança ao planejar e aplicar práticas diferenciadas, o que afeta diretamente a qualidade do ensino. Programas de formação continuada, quando implementados, geram melhora significativa na adaptação curricular e na utilização de recursos acessíveis (Glat; Pletsch, 2012).

Outro resultado relevante está relacionado à escassez de recursos pedagógicos e apoio técnico nas escolas públicas. A falta de materiais acessíveis, salas multifuncionais equipadas e profissionais de suporte impede o desenvolvimento de práticas eficazes e inclusivas. Esse cenário é agravado pela ausência de manutenção e investimentos em infraestrutura, que muitas vezes torna as escolas inacessíveis fisicamente (Brasil, 2015).

A investigação revelou também dificuldades recorrentes na adaptação curricular, especialmente no que diz respeito à elaboração de atividades diversificadas, avaliações inclusivas e flexibilização dos conteúdos. Muitos docentes relatam falta de diretrizes claras e de tempo para planejamento colaborativo (Mantoan, 2006).

As barreiras físicas e comunicacionais surgiram como problemas persistentes, indicando que avanços estruturais ainda são insuficientes. Rampas inadequadas, ausência de piso tátil, falta de materiais em braile e de intérpretes de Libras são obstáculos frequentemente relatados (Carvalho, 2019).

Por outro lado, observou-se que parcerias entre escolas, famílias e instituições especializadas têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento dos estudantes. A colaboração favorece o acompanhamento

contínuo, fortalece vínculos e amplia o suporte emocional e pedagógico (Glat; Fernandes, 2005).

Esses resultados demonstram que, embora existam desafios consideráveis, há caminhos promissores que podem fortalecer a educação inclusiva, especialmente quando políticas públicas, equipes escolares e comunidade atuam de maneira integrada (Unesco, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a educação inclusiva nas instituições públicas de ensino enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e culturais que comprometem sua plena efetivação. Entre os principais entraves identificados, destacam-se a formação insuficiente dos profissionais da educação, a carência de recursos pedagógicos e tecnológicos acessíveis, as barreiras físicas e comunicacionais e a persistência de atitudes preconceituosas no ambiente escolar.

Ao mesmo tempo, os documentos normativos e estudos analisados evidenciam que a consolidação de práticas inclusivas depende de investimentos contínuos em formação docente, em infraestrutura e em apoio interdisciplinar, bem como do fortalecimento de políticas públicas que garantam condições efetivas para a inclusão. A construção de projetos político-pedagógicos comprometidos com a diversidade e a equidade também se mostra central nesse processo.

Conclui-se que a inclusão escolar não se limita ao acesso, mas envolve a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes, o que requer ações intersetoriais, comprometimento político e mudanças culturais. As perspectivas observadas, como o uso crescente de tecnologias assistivas, a ampliação de programas de formação continuada e as experiências exitosas em escolas públicas, indicam que a construção de uma escola inclusiva é possível e desejável.

Em síntese, a efetivação da educação inclusiva nas instituições de ensino público demanda o fortalecimento das políticas educacionais, a ampliação dos recursos de acessibilidade, a valorização da diversidade e a participação ativa de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva na escola**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146/2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017.

CARVALHO, R. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

GLAT, R.; FERNANDES, E. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Educação inclusiva: da filosofia à prática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Políticas e práticas inclusivas: desafios atuais**. Revista Educação Especial, 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da educação inclusiva**. Campinas: Papyrus, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva: construindo uma sociedade para todos**. Campinas: Autores Associados, 2015.

PLETSCH, M. D. **Formação docente e práticas inclusivas**. Revista Brasileira de Educação, 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: acessibilidade e cidadania**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

UNESCO. **A educação que queremos para a geração dos 2030**. Paris: UNESCO, 2017.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report**. Paris: UNESCO, 2020.